



Corte de funções comissionadas aumenta a economia do Senado

Comissão Diretora decidiu fortalecer posições gerenciais e reduzir funções de assessoramento. Mudanças elevam contenção de gastos a R\$ 316 milhões até 2014

Prodasen, Gráfica e Secretaria de Comunicação terão menos funções comissionadas, para aprofundar a reforma administrativa que está garantindo mais eficiência e transparência ao Senado.

Outras medidas aprovadas ontem pela Comissão Diretora incluem

reavaliação imediata das 104 aposentadorias por invalidez, divulgação dos tipos de aposentadoria no Portal da Transparência, doação à rede pública de saúde de mais material ambulatório que era usado no extinto Serviço Médico e revisão do valor a ser cobrado de autoridades que ocupam apartamentos funcionais. **3**



Renan Calheiros (C) coordena a reunião com senadores da Comissão Diretora, que decidiu implementar os cortes de gastos

Jane de Araújo/Agência Senado



Na sessão, o filho e a viúva de Luís Carlos Prestes recebem simbolicamente o mandato do líder comunista no Senado

Senado devolve mandato a Prestes

Numa sessão especial, o Senado devolveu ontem a Luís Carlos Prestes (1898-1990), simbolicamente, o mandato de senador. O líder comunista perdeu o

assento no Senado em 1948, um ano depois de seu partido, o PCB, ser posto na ilegalidade. A viúva de Prestes, Maria do Carmo, participou da cerimônia. **2**

Jucá mantém multa de 40% na demissão de doméstica

Projeto do senador, que será entregue hoje a comissão mista, trata ainda de turnos diferenciados, banco de horas, Simplex Doméstico e débitos do empregador com o INSS. Contribuições patronais podem aumentar de 12% para 19% do salário. **7**

Pela proposta, patrão fará depósito um pouco maior na conta do FGTS para evitar pagar multa de uma vez só quando demitir



Arthuro Monteiro/Agência Senado

Comissão aprova mais segurança para o transporte coletivo no país 5

Recondução de diretor da Agência Nacional de Saúde vai a Plenário 6

Projeto que retira poder do Ministério Público gera debate 9



Presidente da CDH, Ana Rita (2ª à esq.) afirma que responsáveis por morte e tortura de índios não podem ficar impunes

Relatório descreve massacre a índios

Encontrado após mais de 40 anos, o Relatório Figueiredo foi fruto de investigações de atrocidades cometidas pelo Estado e por particulares a índios nos anos 60 e motivou

extinção de órgão indigenista. Audiência na CDH apontou necessidade de punição dos culpados e de devolução de terras que foram tomadas das tribos à época. **10**

Mudanças no ICMS dependem de nova proposta do governo 4

Especialistas sugerem aproximar escolas e famílias 8

Preços altos prejudicam turismo no Brasil, avalia Embratur 12

Genildo Magalhães/Agência Senado



A viúva, Maria do Carmo Prestes (D), é aplaudida por senadores e convidados após discurso de agradecimento à homenagem

Senado devolve mandatos a Prestes e Chermont

Autor da iniciativa, Inácio Arruda destacou a afirmação da democracia no país. Em carta lida em Plenário, presidente Dilma classificou a sessão especial como “ato nobre de reparação e desagravo”

O SENADO FEDERAL promoveu ontem sessão especial para a devolução simbólica dos mandatos de senador ao líder comunista Luís Carlos Prestes (1898-1990) e ao suplente dele, Abel Chermont (1887-1962). Eleito em 1945 pelo então Partido Comunista do Brasil (PCB), com a maior votação proporcional da história política brasileira até aquela época, Prestes teve o mandato cassado após o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ter cancelado o registro do partido em 1947.

A entrega simbólica dos diplomas e broches dos senadores foi feita pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, à viúva de Prestes, Maria do Carmo Ribeiro Prestes, e a Carlos Eduardo Chermont, neto de Abel Chermont.

Luís Carlos Prestes ficou conhecido como o Cavaleiro da Esperança. Seu grupo político, batizado de Coluna Prestes, percorreu, entre os anos de 1925 e 1927, mais de

25 mil quilômetros dentro do território nacional, incentivando a população do país a se rebelar contra o governo e as elites agrárias. O movimento reivindicava o fim da miséria e da injustiça social no Brasil, propondo medidas democráticas como a implantação do voto secreto e do ensino fundamental obrigatório.

Em discurso de agradecimento, a viúva de Prestes considerou a devolução simbólica do mandato uma vitória não apenas de sua família, mas de todo o povo brasileiro, que o elegeu em 1945 com mais de 150 mil votos.

Maria do Carmo destacou o compromisso de Prestes com as causas dos trabalhadores brasileiros e lembrou a permanente preocupação dele com a qualidade dos sistemas públicos de saúde e educação, com a garantia do direito à moradia e a defesa de salários decentes a fim de que todos pudessem viver com dignidade.



Ao lado de Vanessa, Carlos Chermont exhibe o diploma devolvido a seu avô

Pedido de desculpas à família do ex-senador

O presidente do Senado, Renan Calheiros, pediu desculpas em nome do Congresso Nacional à família de Luís Carlos Prestes pela cassação do mandato do ex-senador, feita pela Mesa do Senado em 1948.

— Como presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, peço desculpas à família de Luís Carlos Prestes pela atrocidade patrocinada pelo Estado contra um ilustre brasileiro, legitimamente

escolhido pelo povo para representá-lo — disse.

Durante sessão de homenagem, Renan destacou a força do caráter de Luís Carlos Prestes e a perseverança com que perseguiu os ideais.

— Onde quer que estivesse, em qualquer situação, Luís Carlos Prestes se revelou um daqueles homens que dedicaram a vida a combater as injustiças sociais — afirmou. Renan lembrou que, em

Senadores destacam momento histórico e reconhecimento do erro

Ao devolver o mandato a Prestes e Chermont, o Senado anulou a resolução da Mesa de 9 de janeiro de 1948 que cassou os dois políticos. A iniciativa partiu do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), que classificou a medida como uma “afirmação da democracia” no país.

— Quando o Poder Legislativo se apequena, é a democracia que se encontra ameaçada — protestou.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) considerou a devolução dos mandatos um sinal de maturidade política do país por mostrar a capacidade de “reconhecer os erros do passado”. Luiz Henrique (PMDB-SC) considerou a sessão um “momento histórico, relevante e superlativo do Parlamento”. Pedro Simon (PMDB-RS) disse ser “um dos momentos mais bonitos da história da Casa”.

Também presentes na solenidade, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Humberto Costa (PT-PE) reforçaram a importância de Prestes para a história política do país.

Vanessa defende maior participação de mulheres no Congresso Nacional

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu ontem, em Plenário, o aumento da participação feminina no Congresso. Ela classificou a situação atual como “vergonhosa”, afirmando que é preciso mudar por meio da reforma política.

A senadora disse que a lei que garante percentual mínimo de 30% para candidaturas femininas (Lei 9.504/1997) não é respeitada. Os partidos, segundo ela, veem a obrigação da cota de gênero “como

um castigo” e alegam que são as mulheres que não se interessam por política.

— As mulheres se interessam por política, têm vontade, têm desejo e principalmente capacidade de estar no Parlamento como estão hoje no mercado de trabalho — afirmou.

Vanessa registrou a participação, com três parlamentares brasileiras, em encontro no Uruguai sobre a presença das mulheres na política no âmbito do Mercosul.

Manutenção deixará TV e Rádio Senado fora do ar na madrugada de sábado

A TV Senado ficará fora do ar da 0h às 5h de sábado para manutenção de rotina nos equipamentos. Pelo mesmo

motivo, a Rádio Senado suspenderá as transmissões por uma hora, a partir da meia-noite de amanhã.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- PLENÁRIO Participação nos lucros**
14h Na pauta de votação, a Medida Provisória (MP) 597/12, que regula a tributação sobre participação dos trabalhadores nos lucros e resultados das empresas.
- PRESIDÊNCIA Ordem do dia**
16h O senador Renan Calheiros preside a ordem do dia da sessão plenária.
- SUBCOMISSÃO DA COPA Arena PE**
8h A Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa e das Olimpíadas, que integra a CMA, visita a Arena Pernambuco, no Grande Recife.
- CCT Terras-raras**
9h A Comissão de Ciência e Tecnologia, com a Subcomissão Temporária para Elaboração do Marco Regulatório da Mineração em Terras-Raras no Brasil, realiza a segunda audiência pública para debater o tema.
- CAS Liberdade religiosa**
9h Audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais sobre projeto que trata do direito ao livre exercício da crença religiosa. Entre os convidados, o presidente da CNBB, dom Raymundo Damasceno.

- CMC/CMA Efeito estufa**
9h “Opções de Mitigação de Gases de Efeito Estufa em Setores-Chave do Brasil” é o tema de audiência pública conjunta das duas comissões.
- SISTEMA DE SAÚDE Financiamento**
9h A comissão temporária sobre financiamento do sistema de saúde ouve o diretor-presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar, André Melo, e outros convidados.
- CRE Embaixadores em Argélia e Israel**
10h Sabatina de diplomatas indicadas para embaixadas na Argélia e Israel: Eduardo Barbosa e Henrique Pinto.
- PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS Relatório**
14h Votação do relatório da comissão sobre a prevenção e combate de incêndios.
- REGULAMENTAÇÃO Domésticas**
14h Reunião para regulamentar dispositivos da Constituição para o relatório sobre direitos das domésticas.
- CONSTITUIÇÃO Texto na Biblioteca**
17h Lançamento do texto para discussão A Proteção Constitucional do Trabalhador: 25 anos da Constituição Federal de 1988, na Biblioteca do Senado.

SESSÃO ON-LINE

Confira a integra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a integra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 9h, **audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais**; às 10h, **audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**. E, às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

Funções comissionadas no Prodasen, na Gráfica e na Secretaria de Comunicação vão se adequar à reforma administrativa, permitindo maior redução de gastos

Novos cortes ampliam economia do Senado para R\$ 316 milhões até 2014

NOVO CORTE NAS funções comissionadas do Senado resultará em economia de R\$ 14,6 milhões, conforme anunciou ontem o presidente da Casa, Renan Calheiros, em Plenário. Acrescidos aos R\$ 26 milhões já anunciados, o corte chegará a R\$ 40,6 milhões em dois anos.

— Esse corte suplementar fará com que a nossa economia passe de R\$ 302 milhões para R\$ 316 milhões no biênio 2013-2014 — disse Renan.

Os novos cortes, acordados ontem em reunião da Mesa Diretora, dão continuidade ao projeto do Senado de mais economia, transparência e eficiência. Renan explicou que será feito um aproveitamento de funções comissionadas já existentes para a estruturação de áreas necessárias ao novo modelo de gestão imposto pelo planejamento estratégico aprovado pela Comissão Diretora em 2013.

— A decisão aprofunda sensivelmente os cortes de funções comissionadas, seguindo sugestão da Fundação Getúlio Vargas e o competente relatório de Ciro Nogueira [PP-PI] — afirmou Renan.

impulsoras da modernização, permitindo aos membros dedicação exclusiva e diminuindo substancialmente o pagamento de horas extras.

As novas diretrizes fortalecerão as funções gerenciais com a vinculação da função a uma atividade produtiva, reduzindo sensivelmente as funções de assessoramento. Segundo Renan, o Senado vai estruturar uma nova política de concessão de função por execução de projeto específico. Assim,

não haverá mais funções sem atribuição predeterminada. A medida permitirá mais eficiência e redução de gastos, de acordo com o presidente da Casa.

A Comissão Diretora do Senado também aprovou ajustes administrativos no Ato 3/2013, que promove cortes de despesas. O novo ato será implantado em fase de testes durante 90 dias e inclui desdobramentos de ações já adotadas, como a redução de

funções comissionadas e fusão de diretorias.

Segundo o primeiro-secretário do Senado, Flexa Ribeiro, após a experiência de 90 dias, o ato será transformado em projeto de resolução e encaminhado ao Plenário.

— Essa mudança será implantada no sentido de ter uma melhoria na função administrativa do Senado, como também na função legislativa, sem que haja aumento de despesas — disse Flexa.



Presidente do Senado, Renan anuncia em Plenário as medidas de cortes de gastos aprovadas pela Comissão Diretora

Medidas

FUNÇÕES COMISSIONADAS

Corte extra resultará em economia de R\$ 14,6 milhões. Acrescido aos R\$ 26 milhões já anunciados, o corte com as funções comissionadas totalizará R\$ 40,6 milhões em dois anos.

APOSENTADORIAS

Revisão imediata das 104 aposentadorias por invalidez e **divulgação** do tipo de aposentadoria de todos os servidores no Portal da Transparência.

MATERIAL AMBULATORIAL

Doação de medicamentos, cobertores, agulhas, bobinas, cateteres, seringas, gases, entre outros materiais que anteriormente eram utilizados nas atividades do Serviço Médico da Casa.

APARTAMENTOS

Revisão do valor a ser cobrado de autoridades que ocupam os apartamentos funcionais do Senado. A taxa mensal de R\$ 8.885 ficará limitada ao auxílio-moradia do respectivo órgão do ocupante. O Senado vai cobrar desses órgãos um **plano de desocupação**. A expectativa é de que os imóveis sejam retomados no prazo de um ano.

Mesa determina que junta médica reavalie 104 aposentadorias por invalidez

A Comissão Diretora também aprovou a revisão imediata das 104 aposentadorias por invalidez. Todos os servidores aposentados nessa situação se submeterão a uma junta de reavaliação e, posteriormente, a uma junta médica revisora. As reavaliações podem implicar reversão da concessão dos benefícios que não se justifiquem.

Também será feita divulgação imediata do tipo de aposentadoria de todos os servidores no Portal da Transparência. A divulgação dos nomes e o tipo de aposentadoria permitirá o controle social a respeito de qualquer irregularidade que possa ter sido cometida.

Distrito Federal receberá mais material ambulatorial que era usado no extinto Serviço Médico

Ficou decidido que o Senado vai doar ao governo do Distrito Federal mais um lote de material ambulatorial. São medicamentos, seringas, gases, cobertores, agulhas e cateteres, entre outros, que eram utilizados no extinto serviço médico da Casa.

— A alienação onerosa dos materiais traria pouca vantagem econômica para o Senado — disse Renan.

Os bens estão armazenados na Secretaria de Assistência Médica e Social da Casa e não podem permanecer em estoque além do prazo de validade. A medida se soma à recente cessão de profissionais e de equipamentos hospitalares à Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

Apartamentos funcionais usados por outros órgãos devem ser devolvidos em até um ano

Será revisto o valor a ser cobrado a outras autoridades que ocupam os apartamentos funcionais do Senado. A Comissão Diretora havia aprovado uma taxa mensal de R\$ 8.885, mas os senadores decidiram que o valor ficará limitado àquele pago como auxílio-moradia do órgão do ocupante.

Segundo a Diretoria-Geral, dos 72 apartamentos do Senado, 21 são ocupados por ministros de tribunais superiores. Flexa afirmou que a Casa vai cobrar um plano de desocupação, com expectativa de que os imóveis sejam retomados em um ano.

— Não se quer a cobrança de auxílio-moradia, mas a devolução dos apartamentos funcionais — disse.

Setores dos cortes

Serão feitos cortes no Prodasen, na Secretaria de Comunicação e na Gráfica, onde haverá uma redução de 29 para 5 funções nas unidades com chefia em três turnos. Permanecerão somente aquelas necessárias às publicações oficiais, como do avulso, dos diários legislativos e do **Jornal do Senado**.

Na Secretaria de Comunicação, apenas o cargo de diretor permanecerá de natureza híbrida, ou seja, passível de ser ocupado por servidor de carreira ou de fora do Senado. Os demais ficam restritos aos servidores de carreira. Serão, portanto, cargos mais econômicos. As novas medidas fortalecerão as atividades

Mesa decidirá agenda alternada

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou em Plenário que vai convocar a Mesa para decidir se a Casa deve ter semanas dedicadas exclusivamente ao funcionamento das comissões. A proposta, de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), foi levantada ontem em questão de ordem apresentada por Luiz Henrique (PMDB-SC).

Renan disse considerar a proposta “fundamental” para o funcionamento do Senado. No entanto, ele lembrou que, para a efetivação, a proposta deve ser primeiramente aprovada pela Mesa, pelos líderes partidários e por todos os senadores.

A proposta de Mozarildo, especificou Luiz Henrique, estabelece que, de forma alternada, uma semana seja dedicada ao funcionamento das comissões e outra ao Plenário. Caso haja matéria urgente para ser votada em Plenário, será programada sessão durante a semana dedicada às comissões.

Walter Pinheiro (PT-BA) também apoiou a solução. Na avaliação dele, há um número excessivo de comissões no Senado, além das reuniões de comissões mistas para a análise de medidas provisórias. Para ele, o excesso acaba por não permitir o adequado funcionamento dos colegiados.

Perrella pede fim de sobreposições

Zeze Perrella (PDT-MG) disse que o Senado deve resolver urgentemente o problema da sobreposição dos horários das reuniões das comissões permanentes. Em pronunciamento

ontem, ele propôs que a Presidência da Casa assumira o problema e faça uma reunião com a Mesa, as lideranças partidárias e os presidentes de comissões permanentes para tratar exclusivamente do assunto. Na opinião do parlamentar, o problema “já está virando piada”.

Perrella citou reportagem divulgada pela Agência Brasil com o título “Audiência sobre marco regulatório da mineração passou a maior parte do tempo sem senador na plateia”. Ele lamentou que a agência de notícias estatal divulgue uma reportagem que, já no título, tem um tom irônico. Disse também que nem se pode recriminar a matéria, uma vez que ela é verdadeira.

— Precisamos fazer algo imediatamente — apelou o senador.



Zeze Perrella/PDT-MG

Não houve acordo para votação da MP que criava compensação por perdas com a unificação do ICMS. Medida não voltará a ser apreciada antes do prazo de validade

Fim da guerra fiscal dependerá de nova proposta do governo federal

A FALTA DE entendimento político derrubou, ontem, a Medida Provisória (MP) 599/2012, que trata da compensação financeira aos estados por perdas com a reforma do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Com isso, a reforma proposta pelo governo deve ser adiada, sem prazo para retomada do assunto no Congresso.

Walter Pinheiro (PT-BA), relator da matéria, avaliou que a discussão sobre o ICMS pode ser retomada ainda no segundo semestre. Caso contrário, afirmou, a matéria vai ficar para 2015, visto que as eleições gerais em 2014 podem prejudicar o debate.

O senador sugeriu que o



Pinheiro aponta divergência brutal para não pôr a MP 599/2012 em votação

governo envie um projeto de lei complementar para tratar das alterações futuras no imposto. Como o relatório da MP não foi votado, e não foi convocada

nova reunião para esse fim, a medida deve ficar parada até a perda de validade, o que ocorrerá no início de junho.

— Há divergência brutal em

relação ao texto. Então, não há porque insistir na votação — disse Pinheiro, que abriu os trabalhos da comissão mista apenas para anunciar a decisão.

Na terça-feira, o líder do PMDB no Senado, Eunício Oliveira (CE), já havia observado que sem a compensação prevista pela MP e sem a convalidação de incentivos dados pelos estados com base no ICMS, tema do PLP 238/2013, a reforma estaria “morta”.

A MP 599/2012 previa a criação de fundos para compensar os estados pela unificação das alíquotas do ICMS, promovida pelo Projeto de Resolução do Senado 1/2013, já aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Derrubada foi uma alívio para muitos estados, diz Caiado

A derrubada da MP 599/2012 foi saudada pelo deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO). Para ele, a derrubada da reforma do ICMS significa “a sobrevivência de Goiás e dos demais estados do Centro-Oeste, Norte e Nordeste, que têm no ICMS uma ferramenta de desenvolvimento”.

— Foi um alívio. Se o governo, que arrecada 72%, quer propor uma reforma séria e honesta aos entes federados que só recebem 28% da arrecadação, deve chamar para uma discussão que favoreça uma distribuição mais equânime dos recursos, de modo que os estados possam sobreviver — disse.

Segundo o deputado, o PT tem uma estratégia de “concentrar poder” em Brasília. Caiado afirmou ainda que o governo de Dilma Rousseff não tem obtido apoio da base aliada nem mesmo em votações de temas “bem menos polêmicos que o ICMS”.

— A MP 599/2012 não chegou nem aos Plenários da Câmara e do Senado. Desapareceu ainda na comissão mista, sem aprovação sequer de relatório. Isso mostra ausência total de sintonia entre os parlamentares — afirmou.

Governadores demandam projeto de lei complementar

Em entrevista após a reunião na comissão mista, Walter Pinheiro explicou que o envio de um projeto de lei complementar atenderia a demanda dos governadores, para os quais as alterações no ICMS não poderiam ser feitas por lei ordinária, por temerem uma reedição da Lei Kandir. Segundo ele, os governadores também defendem a convalidação dos atuais benefícios

fiscais por lei complementar.

— Isso resolveria o problema. Com o projeto de lei, poderíamos forçar um debate em Plenário sobre as alterações que poderiam ser ou não apresentadas — afirmou.

Na avaliação de Pinheiro, o que inviabilizou a MP foi a falta de conversa sobre as alíquotas e os reajustes, e não a aprovação do projeto de resolução na CAE com

alíquotas não previstas no texto do Executivo.

— O novo caminho está na mão do governo, obviamente em conjunto com os governadores — afirmou.

O senador disse que o ICMS não pode ser tratado pela lógica fiscal e arrecadatória, já que os estados precisam de uma política de desenvolvimento econômico para crescer, com mudanças nas regras atuais.

Pinheiro esclareceu ainda que a MP não perdeu a eficácia, mas disse que ela não pode legislar sobre uma realidade que não existe mais.

— Se o governo decidir retomar caminho sobre a questão das alíquotas, e o que diz respeito à convalidação, vamos precisar de outro instrumento. A MP não tem como ser de forma nenhuma apreciada — afirmou.

Contingenciamento de gastos ajuda a cumprir meta fiscal, diz Jucá

Romero Jucá (PMDB-RR), que foi o relator do Orçamento deste ano, apoiou o contingenciamento anunciado ontem pelo governo. A equipe econômica deve reter aproximadamente R\$ 28 bilhões em gastos públicos.

— Fizemos uma proposta enxuta. Não houve nenhum veto da presidente e eu entendo que todo ano o governo tem que fazer contingenciamento. Ano passado, fez de R\$ 55 bilhões. Este ano, o centro da meta que eu estava prevenindo seria R\$ 30 bilhões. Se o governo contingenciar entre R\$ 25 bilhões e R\$ 28 bilhões, está dentro do previsto.

O ajuste, afirmou Jucá, deve ajudar o governo a cumprir a meta fiscal e fazer o necessário superávit fiscal alto. Ele argumentou que contingenciamento não é corte, apenas bloqueio do Orçamento, que será gasto à medida que a receita for configurando-se.



Jucá de Jucá/Agência Senado

Para Renan, ajustes no Orçamento são necessários

O presidente do Senado, Renan Calheiros, considera normal que o governo faça cortes no Orçamento de 2013. A área econômica anunciou ontem redução na proposta orçamentária aprovada pelo Congresso. A expectativa é que o contingenciamento chegue a R\$ 28 bilhões. O decreto com o detalhamento de receitas e despesas ainda será publicado.

— Esses ajustes são necessários, sim. É preciso fazer cortes, nós fizemos cortes no Senado e acho que é normal que o Executivo faça remanejamento — avaliou.

Indagado sobre a possibilidade de o Congresso determinar uma execução mais fiel do que é aprovado pelos parlamentares, o chamado orçamento impositivo, Renan disse:

— Tenho dúvidas com relação a ele [orçamento impositivo] porque precisaria primeiro de um esforço de planejamento para que a impositividade tivesse um rumo, uma diretriz, uma consequência.

Empresários do setor siderúrgico pedem apoio contra dumping

Preocupados com a queda do comércio mundial e o excesso de oferta do setor siderúrgico, o deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG), o prefeito de Timóteo (MG), Keisson Drummond, e o diretor comercial da Aperam Inox América do Sul, Frederico Ayres Lima, visitaram ontem o presidente do Senado, Renan Calheiros. Eles pediram que Renan interceda junto ao governo federal em favor da verificação de dumping no setor siderúrgico.

A Aperam está localizada em Timóteo, município de 84 mil habitantes, dos quais 3.700 são funcionários da empresa.

Renan se comprometeu a falar sobre o assunto com o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel. Participaram também da audiência o deputado Renan Filho (PMDB-AL) e o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE).

(Com informações da Secretaria de Imprensa da Presidência do Senado)

MP com regras para banco enfrentar crise fica para terça-feira

O relatório de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) sobre a medida provisória com novas regras para o Sistema Financeiro Nacional (MP 608/2013) deve ser apresentado terça-feira. A discussão e a votação na comissão mista que analisa o tema estavam previstas para ontem.

O presidente da comissão, deputado Cláudio Puty (PT-PA), informou que o relator tenta dialogar com a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República. O objetivo da proposta é melhorar a capacidade de instituições financeiras evitarem crises como a de 2008.

Para José Pimentel (PT-CE), não são necessárias novas discussões, pois em abril houve audiência com representantes do governo e da Federação Brasileira de Bancos.

— Precisamos votar na próxima semana para que o Plenário da Câmara e o do Senado tenham tempo necessário para analisar o texto — disse o senador, lembrando acordo de votação de MPs no Senado com prazo mínimo de sete dias.

Alvaro: governo federal se transformou em “balcão de negócios”

“O inchaço da estrutura administrativa do governo federal se baseia num modelo promíscuo de gestão que exigiu a instalação de um balcão de negócios para assegurar a governabilidade”, afirmou Alvaro Dias (PSDB-PR).

O senador assinalou que o modelo atual de gestão petista implicou o crescimento exorbitante da máquina administrativa federal, levando à existência de 39 ministérios, nos quais, opinou, os recursos públicos são cada vez mais destinados a gastos de custeio da estrutura.

Alvaro lamentou a decisão do governo federal de contingenciar R\$ 28 bilhões do Orçamento de 2013. Na avaliação dele, tal montante vai implicar um “corte brutal” de gastos públicos este ano, o que atestaria a incapacidade do governo de fazer os investimentos necessários para o desenvolvimento do país.



Alvaro Dias/Agência Senado

Avança projeto que eleva segurança nos ônibus

De acordo com proposta, veículos precisarão ter saídas de emergência e os corredores exclusivos de ônibus deverão ser sinalizados; texto agora será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça

SAÍDAS DE EMERGÊNCIA nos ônibus e sinalização das faixas exclusivas para o tráfego desses veículos podem se tornar obrigatórias em todo o país.

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou ontem um projeto que altera o Código de Trânsito Brasileiro para estabelecer condições de circulação a veículos de transporte coletivo de passageiros.

O projeto determina como nova infração trafegar nas vias reservadas à circulação exclusiva de ônibus. A proposta vai para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O PLS 221/2010, aprovado com emendas do relator, Waldemir Moka (PMDB-MS), também pune com multa mais rigorosa os veículos que estacionam em paradas de ônibus.

Para o autor, Acir Gurgacz (PDT-RO), a proposta soluciona vários problemas causados pelo aumento da frota de veículos e a "falta de evolução" das vias urbanas.

A comissão aprovou ainda o



PLS 242/2012, que cria o Regime Tributário para o Incentivo à Modernização e à Ampliação do Transporte Coletivo de Passageiros (Retransp).

O regime beneficia concessionários, autorizatários, permissionários ou arrendatários de transporte coletivo de passageiros nas modalidades ferroviária e rodoviária.

De Cícero Lucena (PSDB-PB), o projeto concede por cinco anos benefícios fiscais relativos a tributos federais, como Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto de Importação, PIS-Pasep, Cofins e Cide-Combustíveis na compra de veículos e peças.

Para Cícero, o projeto estimula a renovação e a ampliação da frota desses veículos, amenizando os problemas de infraestrutura do setor.

O relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), votou pela aprovação do projeto, com uma emenda. A emenda exclui a isenção da Cide-Combustíveis na importação e comercialização de petróleo e seus derivados por pessoa jurídica prestadora de serviço de transporte coletivo. Raupp explicou que a redução do valor arrecadado de Cide-Combustíveis reduziria também o repasse de recursos a estados e municípios.

Gurgacz reclama de dificuldade para liberar obra em rodovia federal

Senadores da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) criticaram a demora na concessão de licenças ambientais para a liberação de obras paralisadas em rodovias federais.

Acir Gurgacz (PDT-RO) criticou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) pela paralisação de uma obra na BR-319 (que liga Manaus a Porto Velho).

— A Universidade Federal do Amazonas fez o estudo de impacto ambiental, e no meio da obra houve essa paralisação. Até agora não temos o licenciamento ambiental.

Segundo o Ibama, o trecho não tem licença prévia e faltam adequações ao termo de referência para os estudos de impacto ambiental apresentado pelo instituto em 2007. Essas adequações seriam relativas a um novo diagnóstico das espécies de fauna e flora da região.

— A resposta não atende nossa necessidade, pois já se vão sete anos de estudo para liberação dessa questão. Não é brincadeira. Sete anos deixando uma região do país sem ligação com os demais estados — disse ele, que

acredita que o órgão exagera nas exigências.

Gurgacz e Valdir Raupp (PMDB-RO) lamentaram a situação da BR-425, que liga Porto Velho a Guajará-Mirim. Segundo Gurgacz, a licitação para a restauração da rodovia foi feita no último dia 17, mas a empresa ganhadora não apresentou os documentos. Para eles, houve negociação entre as empresas concorrentes — a primeira ganhou a licitação com quase 50% do valor previsto no edital e o valor pedido pela segunda era de R\$ 25 milhões.

— É uma negociação clara para fraudar uma licitação. Combinam duas ou três: "Eu coloco o preço lá embaixo. Se não aparecer ninguém, você coloca um segundo preço alto e aí eu retiro, não apresento documentação. E você ganha" — afirmou Gurgacz.

Para Raupp, o Senado precisa reunir-se com os órgãos de fiscalização para saber por que as grandes empresas não querem participar das licitações:

— Aí aparecem essas empresas de terceira categoria aventurando-se a dar lances e depois desistir.

Brasil subirá em ranking mundial de portos, diz Collor

O presidente da Comissão de Infraestrutura (CI), Fernando Collor (PTB-AL), afirmou que a MP dos Portos melhorará a posição do Brasil no ranking dos melhores portos do mundo que movimentam contêineres. Ele citou um levantamento da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) que coloca o Brasil na 35ª posição entre 40 portos — o único

porto brasileiro presente na lista é o de Santos, que ocupa o 35º lugar.

— O estudo indica que investimentos em ampliação de capacidade, modernização de equipamentos e melhorias no sistema de gerenciamento eletrônico de carga poderiam elevar o Brasil à 17ª posição em apenas três anos, um salto que pode ser favorecido com a

recente aprovação da MP dos Portos no Congresso — disse.

Collor lembrou, porém, que o governo tem agora o desafio de acelerar os investimentos em logística.

— Não adianta liberar a construção de novos terminais se não houver rotas de escoamento até os portos, por meio de rodovias, ferrovias ou hidrovias.



Acir Gurgacz e Valdir Raupp citaram obras paralisadas em Rondônia

Mozarildo pede construção de hidrelétrica para acabar com apagões em Roraima

O apagão que deixou oito municípios de Roraima sem energia por mais de uma hora na terça-feira levou Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) a defender projeto de sua autoria (PDS 434/2006) que autoriza o governo federal a construir uma hidrelétrica no estado. O apagão foi motivado por um desligamento do Linhão de Guri, que transmite a 9 dos 15 municípios do estado energia fornecida pela Venezuela.

Mozarildo explicou que três apagões ocorreram no último ano, sendo que em abril a população ficou mais de sete horas sem luz. A falha ocorre quando há problemas no Linhão de Guri, na Venezuela, única fonte de energia da maior parte do estado.

Sérgio Souza defende programa de longo prazo para usinas nucleares

As perspectivas da produção de eletricidade no Brasil foram avaliadas com otimismo por Sérgio Souza (PMDB-PR). O senador destacou que as grandes reservas de energia e a produção de eletricidade de fonte "limpa, barata e renovável" constituem um diferencial competitivo favorável ao país.

Souza, porém, defendeu um programa nuclear de longo prazo, com a reativação do Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro.

— A dimensão das reservas nacionais de urânio e a provável liderança mundial do Brasil na posse desse valiosíssimo recurso mineral energético, associada ao domínio tecnológico do seu processamento, fazem-nos crer que seria do maior interesse nacional iniciar uma ampla discussão sobre sua exploração — afirmou.

Ferraço quer regime de concessão como modelo único para explorar petróleo

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) defendeu a adoção do regime de concessão como modelo único para a produção e exploração de petróleo, no pós-sal e no pré-sal. O PLS 416/2012, apresentado por ele, aguarda relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Na concessão, a empresa responsável pelo campo é dona do petróleo extraído e paga ao Estado pelo uso do local, num determinado período. Na partilha, prevista para os campos do pré-sal, a propriedade do petróleo extraído é do Estado. Cabe ao contratante explorar e extrair o petróleo, às suas expensas, em troca de uma parte do petróleo extraído. As reservas não extraídas permanecem propriedade do Estado.

Gurgacz lamenta desistência de empreiteira que ganhou licitação da BR-425

Acir Gurgacz (PDT-RO) comunicou em Plenário a desistência da empresa Brasil Tec Construções e Serviços da concorrência para recuperar a rodovia BR-425 em seu estado. De acordo com o senador, após vencer a licitação, a empreiteira não apresentou a documentação necessária para se habilitar a executar a obra no prazo previsto.

— Inexplicavelmente, a empresa propôs o melhor preço, fez a melhor proposta, mas na hora de apresentar os documentos desapareceu — disse. Ele informou também que a empresa deverá ser punida, tornando-se inidônea pelos próximos cinco anos.

Gurgacz relatou ainda vitória que fez às obras de restauração da rodovia BR-364. Segundo ele, máquinas já estão trabalhando no local, devendo ser iniciados ainda nesta semana os trabalhos de tapa-buracos.



Marcos Oliveira/Agência Senado



Pablo Trento/Agência Senado

Recondução de diretor da ANS passa em comissão

Indicação de Leandro Tavares vai ao Plenário em regime de urgência. Para ele, agência busca preservar os direitos do consumidor sem “comprometimento da sustentabilidade” das operadoras de planos de saúde

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou, por unanimidade, a recondução de Leandro Reis Tavares ao cargo de diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Os integrantes da CAS apresentaram requerimento para que a indicação vá ao Plenário em regime de urgência.

Tavares afirmou, durante a sabatina, que a ANS tem o desafio de aumentar o rigor regulatório e preservar os direitos dos consumidores sem que haja “comprometimento da sustentabilidade” das operadoras. Apesar de ressaltar que a ANS existe e trabalha pelo interesse público e sob a ótica do consumidor, o indicado observou que as operadoras apresentam lucro líquido inferior a 2%, o que pode comprometer a oferta de seus serviços. Para Leandro Tavares, atualmente o setor é imprescindível para suprir a demanda em saúde do país, opinião compartilhada por Humberto Costa (PT-PE).

O diretor da ANS informou que a rede de saúde suplementar realiza por ano 250 milhões de consultas, 550 milhões de exames complementares e 7,5 milhões de



Leandro Reis Tavares e Lúcia Vânia na bancada da Comissão de Assuntos Sociais

internações, das quais 50% são cirúrgicas. São 67 milhões de consumidores, ressaltou, que compram serviços de 1.350 operadoras de planos de saúde, das quais 80% são de pequeno e médio porte.

Complexidade

Tavares disse que a complexidade do setor inclui dependência de sofisticada tecnologia, envelhecimento da população e presença da combinação de doenças epidemiológicas e crônicas, bem como um modelo de saúde que prioriza hospitalizações.

Entre as medidas adotadas em sua gestão, o indicado

ressaltou a reformulação do *call center*. Outra medida destacada foi a formulação da notificação preliminar, uma ferramenta que recebe a reclamação do consumidor e emite a notificação à operadora, que tem até cinco dias para tomar providências. A medida apresenta 78% de efetividade na resolução de conflitos.

Tavares afirmou ainda que, nos últimos dois anos, a ANS ressarciu aos cofres públicos R\$ 154 milhões devidos pelas operadoras de planos ao Sistema Único de Saúde (SUS). Isso foi possível, disse, em razão do aumento do número de contratações.

Senadores lamentam a morte do jornalista Ruy Mesquita

O Plenário do Senado aprovou ontem um voto de pesar pela morte do jornalista Ruy Mesquita, diretor do jornal *O Estado de S. Paulo*. Ele morreu na terça-feira, vítima de um câncer na boca.

Os pedidos de voto de pesar foram feitos por Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Eduardo Suplicy (PT-SP), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e José Sarney (PMDB-AP).

Ferraço disse que Ruy Mesquita marcou a história da imprensa brasileira, por “seu espírito inovador e sua postura de correção”. O senador acrescentou que democracia, interesse público e apego ao trabalho marcaram a vida de Mesquita.

— Foi um dos maiores defensores da liberdade de imprensa, mesmo nos tempos sombrios da ditadura militar — disse o senador, lembrando que Ruy Mesquita rompeu com o regime ao perceber ameaças à democracia e aos direitos humanos.

Suplicy destacou que Ruy Mesquita escreveu editoriais “de extraordinária qualidade” e lutava pela liberdade de imprensa.

Sarney, por sua vez, lembrou que, em 1973, durante a ditadura, o jornal foi censurado e teve até edições apreendidas, o que motivou um discurso seu no Senado em defesa do diário paulistano.

— Naquele momento, as palavras aqui nesta Casa eram medidas com absoluta prudência, porque qualquer excesso significava a ameaça do corte de uma carreira política — recordou.

Ao referir-se especificamente a Ruy Mesquita, Sarney afirmou nunca ter deixado de ter apreço pela coerência, pela firmeza, pelo

espírito jornalístico e pela dedicação do diretor de *O Estado de S. Paulo*, apesar de divergências recentes.

— Sinto que, com ele, desapaixoa um pedaço da história do Brasil, daqueles tempos que nós vivemos e do que ele representou ao longo desse tempo — afirmou Sarney.

Para Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), Ruy Mesquita foi “um grande brasileiro”. O senador disse que *O Estado de S. Paulo* sempre foi um jornal que se posicionou ao

lado da democracia e da liberdade de expressão. Jarbas lembrou que Ruy Mesquita apoiou o golpe militar de 1964, mas rompeu com o regime ao perceber a

perseguição a sindicatos.

Jorge Viana (PT-AC), que presidia a sessão, também lamentou a morte de Ruy Mesquita. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) destacou a convivência respeitosa com o Parlamento e com a sociedade brasileira dos jornais que Ruy Mesquita administrou — *O Estado de S. Paulo* e o *Jornal da Tarde*.

Cristovam Buarque (PDT-DF) registrou admiração e respeito pelo jornalista. Pedro Taques (PDT-MT) manifestou solidariedade com a família e com o jornalismo brasileiro, “que perdeu um profissional sério e competente”.

Em discursos, parlamentares citaram a preocupação de Ruy Mesquita com a democracia



Suplicy, um dos autores do pedido de voto de pesar

Ministro da Saúde pede a Renan apoio para Lei de Responsabilidade Sanitária

Em visita ao presidente do Senado, Renan Calheiros, ontem, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, pediu celeridade na tramitação do projeto que cria a Lei de Responsabilidade Sanitária (PLS 174/2011), que está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado.

Entre outras medidas, o projeto prevê punição para quem negligenciar o atendimento nos hospitais e para gestores envolvidos em ações fraudulentas e desvios de verba na área da saúde.

Padilha também demonstrou preocupação com a situação das Santas Casas e dos hospitais beneficentes e pediu ao presidente Renan apoio ao projeto de refinanciamento de dívidas das entidades.



Amorim quer destinar 30% da receita de multas para o SUS

Eduardo Amorim (PSC-SE) defendeu a aprovação do PLS 426/2012, que destina 30% da receita arrecadada com multas de trânsito ao Sistema Único de Saúde (SUS) e ao Fundo Nacional de Saúde.

— Em 2010, o SUS registrou 145 mil internações de vítimas de acidente ao custo de R\$ 200 milhões. Em 2011, o número subiu para 155 mil, com custo superior a R\$ 200 milhões — disse.

Ao citar a previsão de receita com multas de R\$ 200 milhões no Rio de Janeiro e R\$ 1 bilhão em São Paulo, ele lembrou que o atendimento a vítimas de trânsito envolve procedimentos de alto custo. A proposta tramita na CCJ.



Amorim

Vinda de médicos estrangeiros não pode ser tabu, diz Humberto

Humberto Costa (PT-PE) defendeu a vinda de médicos estrangeiros para atuarem no Brasil como forma de suprir a carência desses profissionais no país, principalmente nas cidades do interior. De acordo com o senador, a prática já é aplicada em países desenvolvidos como Canadá, Inglaterra e Austrália, que contam com 24%, 27% e 30%, respectivamente, dos seus médicos formados em universidades estrangeiras.

— No Brasil, apenas 1% dos médicos se formaram em universidades estrangeiras.

O senador disse esperar das categorias médicas que elas discutam e apresentem propostas.



Humberto Costa

Dornelles vê “papel preponderante na defesa de uma sociedade aberta”

Em nota encaminhada à Agência Senado, o senador Francisco Dornelles (PP-RJ) também prestou homenagem ao jornalista: “O Brasil e a imprensa brasileira sofrem uma grande perda com a morte de Ruy Mesquita. Ele teve um papel preponderante

no jornalismo brasileiro e na defesa de uma sociedade pluralista, aberta e democrática. Acompanhei de perto a sua atuação no período de transição para o regime democrático que culminou com a eleição de Tancredo Neves”, diz a nota.

Segundo proposta que será submetida a comissão, patrão fará depósito um pouco maior na conta do FGTS para evitar pagar multa de uma vez só ao demitir empregado

Projeto de Jucá prevê 40% do FGTS a doméstico demitido sem justa causa

O SENADOR ROMERO Jucá (PMDB-RR) apresentou ontem o projeto de lei que regulamentará a emenda constitucional do trabalho doméstico (EC 72/2013). O texto prevê multa de 40% sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em caso de demissão.

A ideia de Jucá era reduzir a multa de 40% para 10% sobre o saldo do FGTS, o que não foi aceito pelo governo. Como solução, o projeto prevê o pagamento diluído ao longo dos meses.

A solução encontrada pelo senador para garantir o pagamento da multa foi um depósito adicional mensal ao FGTS. Em vez de 8% do salário, o patrão depositará 11%, mas já estando com a multa devida na demissão previamente paga. O percentual equivale a 40% do que é pago mensalmente ao FGTS (8% do salário).

Em contrapartida, os três



Ao lado de Cándido Vaccarezza, Romero Jucá dá detalhes do projeto que regulamenta a emenda do trabalho doméstico

pontos percentuais extras ao FGTS serão descontados do valor pago pelo patrão à Previdência. Em vez dos atuais 12%, pagará 8% ao INSS.

— Para o empregador, é uma conta que fica anulada. Não tem ganho nem perda. E ele fica sem pagar a multa de 40% de uma vez só, como é a lei para as demais categorias — apontou.

Justa causa

Diferentemente do que ocorre com os trabalhadores em

geral, a multa será paga sempre que o trabalhador for dispensado — independentemente de haver ou não justa causa.

De acordo com Romero Jucá, a caracterização da justa causa é mais difícil no ambiente doméstico.

— A relação doméstica do trabalho é uma relação de confiança, é uma relação de intimidade em que é difícil caracterizar o que é demissão com ou sem justa causa. Por isso, acabamos com essa

discussão. Todos terão direito — afirmou ele.

Para que as mudanças entrem em vigor, o projeto de lei terá que ser aprovado, primeiro, pela Comissão Mista de Consolidação das Leis e, depois, pelos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

O presidente da comissão mista, deputado Cándido Vaccarezza (PT-SP), prevê que a votação no colegiado ocorrerá na semana que vem.

Normas previstas

- Simples Doméstico** pago pelo empregador:
 - ▶ FGTS de 11%
 - ▶ INSS de 8%
 - ▶ INSS de 8% (com desconto na folha de pagamento do empregado)
- Multa** de 40% sobre o saldo do FGTS em caso de demissão independentemente de haver ou não justa causa
- Seguro-desemprego** de um salário mínimo por mês, por até três meses, para os dispensados sem justa causa
- Horas extras** com valor 50% a mais que a hora normal
- Possibilidade de criação de **banco de horas**, que valerá por um ano e, em caso de demissão, as horas acumuladas deverão ser pagas ao trabalhador
- Intervalos** e tempo de **repouso**, mesmo na casa do empregador, não serão computados como horas de trabalho
- Jornada** de 8 horas diárias poderá ser substituída por turnos de 12 horas com 36 horas de descanso entre eles
- Registro do **ponto** será obrigatório
- Férias** podem ser divididas em até três períodos

Regime unificado de pagamento e facilidade para contribuir com INSS

Os pagamentos feitos pelo empregador serão concentrados em um regime unificado, o Simples Doméstico, a ser regulamentado em até 120 dias após a lei entrar em vigor.

A parcela paga pelo empregado à Previdência, de 8% sobre o salário, será cobrada no mesmo documento pelo empregador. O projeto também regulamentará o seguro-desemprego ao trabalhador doméstico.

O empregador que não assinava a carteira dos empregados domésticos poderá parcelar as dívidas com o INSS, em até 120 vezes, pelo Programa de Recuperação Previdenciária dos Empregadores Domésticos (Redom). O programa prevê redução de 100% das multas de mora e de ofício, 100% das isoladas e 60% sobre os juros de mora. Ele também não precisará pagar o encargo legal.

Proposta estipula regras para disciplinar contrato de trabalho

O empregado doméstico, segundo o projeto de Jucá, é o que presta serviços por mais de dois dias por semana. O objetivo é evitar disputas judiciais de diaristas com os patrões. O texto fixa em 50% a mais que a hora normal o valor das horas extras, mas pode haver acordo escrito para a compensação de horas.

Os intervalos de repouso e alimentação poderão ser

reduzidos para o mínimo de 30 minutos e, para os empregados que moram com os patrões, os períodos de intervalo poderão ser desmembrados e estendidos a até quatro horas por dia.

A jornada de 8 horas pode ser substituída por turnos de 12 horas com 36 horas de descanso, por acordo escrito. O registro do ponto passa a ser obrigatório e as férias podem ser divididas em até três períodos.

Jucá afirma que texto está em consonância com governo federal

A proposta de regulamentação do trabalho doméstico está em consonância com o que pensa o governo federal sobre o assunto, de acordo com Romero Jucá.

Ele e outros representantes do Congresso Nacional apresentaram as iniciativas anteontem à presidente Dilma Rousseff e à ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann.

Para Jucá, “há uma identidade muito grande na maioria das propostas”.

Governo busca acordo para proposição sobre gorjetas de garçons

Em reunião com o presidente do Senado, Renan Calheiros, o ministro de Micro e Pequena Empresa, Afif Domingos, e o senador Lindbergh Farias (PT-RR) manifestaram preocupação quanto ao projeto de lei da Câmara (PLC 57/2010) que estabelece o controle e a fiscalização das gorjetas e que será examinado pelo Plenário do Senado.

Os dois buscam acordos que garantam o pagamento da gorjeta a garçons e trabalhadores do setor sem sobrecarregar os proprietários de pequenos estabelecimentos. Afif Domingos observou que a proposta da forma como foi aprovada pela CAE pode acarretar o aumento da informalidade.



Moka (D) preside sessão sobre incentivo à educação de empregados e regulamentação de profissões que atuam com braille

Comissão aprova incentivo à educação de funcionários

A empresa que pagar cursos aos empregados poderá ter direito a desconto no Imposto de Renda Pessoa Jurídica. É o que prevê o substitutivo de Lídice da Mata (PSB-BA) ao projeto de lei de Aécio Neves (PSDB-MG) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O valor gasto com esse objetivo não poderá ser computado como salário indireto para fins fiscais, trabalhistas e previdenciários.

A proposta (PLS 697/2011) agora será examinada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e, posteriormente, em votação final, será analisada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Produção de braille vai exigir transcritor e revisor

A regulamentação da profissão de transcritor e de revisor de textos em braille, proposta por Paulo Paim (PT-RS), foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em votação final. O projeto (PLS 67/2011) torna obrigatória a presença desses profissionais na produção de textos em braille.

Poderá exercer as profissões quem tenha completado o ensino médio e possua habilitação reconhecida pelo Ministério da Educação ou entidades representativas dos deficientes visuais. Estarão dispensados do certificado aqueles que tenham exercido o ofício por pelo menos três anos antes da promulgação da lei.

Anibal critica decisão do STF contra 11 mil servidores no Acre

Anibal Diniz (PT-AC) lamentou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) contrária à manutenção da estabilidade de 11 mil servidores do Acre que tomaram posse antes da Constituição de 1988. Ele informou que os ex-governadores Jorge Viana (atual senador por PT) e Binho Marques já haviam recorrido contra decisões anteriores do STF, que agora chegou à sentença final.

Anibal Diniz pediu ainda a libertação dos presos na Operação G7 no Acre. Segundo ele, a investigação “está vitimando pessoas inocentes” com base em pedidos de prisão precipitados, uma vez que o Ministério Público não foi ouvido nem se respeitou o direito de defesa.

Debatedores refutaram penalização de pais que não acompanham desempenho dos filhos no colégio e defenderam medidas de aproximação entre escolas e famílias

Incentivos em vez de multa a pais de alunos

ESPECIALISTAS QUE PARTICIPARAM ontem de audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) sugeriram medidas como a liberação do dia de trabalho para pais que precisarem ir a reunião na escola de filhos para incentivar a participação da família na educação dos jovens.

Os convidados para o debate foram contrários à penalização de pais ou responsáveis que não comparecerem à escola dos filhos para acompanhar o desempenho. As penalizações estão previstas em projeto (PLS 189/2012) do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) que tramita na CE e foi discutido na audiência.

Para Antonio Ferreira, representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), muitos pais, em especial nas

famílias de baixa renda, não podem faltar ao trabalho para comparecer a reuniões nas escolas dos filhos. A barreira estaria superada com a previsão legal de liberação de um dia de trabalho por semestre, que não seria descontado se o trabalhador apresentasse declaração da escola confirmando a participação em reunião.

— Ao invés de multa, seria uma medida mais pedagógica — disse Ferreira.

Cristovam Buarque lembrou que medida semelhante consta de projeto da senadora Lídice da Mata (PSB-BA), que tramita no Senado “muito lentamente”. O senador ponderou, no entanto, que o direito à liberação do dia de trabalho deveria estar atrelado à obrigação de comparecimento à escola, mantendo-se a multa



Cristovam (E) acredita que deva haver incentivos, porém atrelados à obrigação dos pais comparecerem à escola dos filhos

para os que descumprissem a norma.

Visitador

Já o especialista em educação Célio Cunha sugeriu que fosse criada, na rede pública de ensino, a figura do visitador educacional, que iria até a casa dos pais que estivessem afastados da escola dos filhos.

O atendimento seria inspirado no trabalho de visitação que é feito pela rede pública de saúde.

Na opinião de Candido Gomes, do movimento Todos Pela Educação, muitos pais estão distantes da escola por se sentirem inferiorizados perante coordenadores e professores e também por

serem chamados apenas em situações em que há problema com os filhos.

A opinião foi compartilhada por Clélia Brandão, que no debate representou o Ministério da Educação. Ela observou que a escola pública tem desprezado a participação da família, por conta da baixa escolaridade dos pais.

Para Cristovam, participação da família é essencial às escolas



Pai acompanha filho em escola de Brasília: projeto cria obrigação de comparecimento pelos menos a cada dois meses

O PLS 189/2012 prevê que o pai ou responsável legal que ficar dois meses sem ir à escola do filho estará sujeito às penalidades previstas para quem deixou de votar e não justificou o voto: multa de 3% a 10% do salário mínimo, além de restrições como impossibilidade de se inscrever em concurso público e de tirar passaporte ou carteira de identidade.

Para Cristovam Buarque, “mais do que a obrigação de comparecer à urna no dia das eleições, deve ser a obrigação dos pais participarem da educação de seus filhos”.

O autor observa ainda que a ida dos pais à escola “levará ao

empoderamento das famílias e seus responsáveis, o que é fundamental para a melhoria do sistema escolar”.

Relator na CE, João Capiberibe (PSB-AP) apresentou voto a favor da proposta e sugeriu emenda para explicitar que a obrigação de comparecimento de pais e responsáveis deve ser exigida “em todas as escolas públicas e privadas de educação básica”, além de emendas para dar maior clareza ao texto.

Ao final do debate, autor e relator concordaram em ampliar as discussões sobre projeto, sugerindo a realização de outra audiência pública com a participação de associações de pais e de professores.

Gastos com estádio pagariam 12 anos de educação para 15 mil crianças, diz senador

Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que o R\$ 1,6 bilhão gasto na construção do estádio de futebol inaugurado sábado em Brasília seria suficiente para garantir 12 anos de educação para 15 mil alunos em superescolas — muito bem construídas e equipadas, com professores ganhando R\$ 9.500 por mês e com as crianças estudando em horário integral. O senador acrescentou que os alunos poderiam obter um trabalho com renda mínima mensal de R\$ 4 mil.

— Ao longo da vida útil desse jovem, isso equivale a R\$ 26 bilhões. Ou seja, numa visão progressista, esse estádio se transformaria em 17 estádios — disse.

Para Cristovam, a diferença entre progressista e conservador reside em como se usa os recursos.

— O beneficiado deve ser quem vai ao jogo em vez de assistir pela televisão ou uma vida inteira desses jovens com salário conquistado graças à educação?

Paim comemora lançamento do programa federal Bolsa Permanência Universitária



Marcos Oliveira/Agência Senado

O lançamento do Programa Bolsa-Permanência do governo federal foi comemorado por Paulo Paim (PT-RS). O senador é autor de projeto com o mesmo teor (PLS 214/2010).

O Bolsa-Permanência é uma ajuda financeira de R\$ 400 mensais a estudantes de baixa renda e R\$ 900 a alunos indígenas e quilombolas. Para receber o benefício, é preciso ter renda familiar per capita de até 1,5 salário mínimo, estar matriculado em cursos de graduação com carga horária superior ou igual a cinco horas diárias e não ultrapassar dois semestres do tempo regulamentar para se formar.

— Esse apoio vai ser fundamental para a sua formação, ou seja, alimentação, roupa, transporte, livros — destacou.

Wellington lamenta falso boato sobre extinção do programa Bolsa Família



Wellington Dias/Agência Senado

O líder do PT, Wellington Dias (PI), lamentou o “boato gravíssimo” que levou milhares de beneficiários do Programa Bolsa Família a procurar agências lotéricas e da Caixa no fim de semana para sacar os benefícios, causando filas e tumulto em 12 estados. De acordo com a falsa notícia, o pagamento seria suspenso após o fim de semana.

Segundo o senador, a origem dos boatos é desconhecida, mas a Polícia Federal investiga o caso como prioridade. Ele afirmou tratar-se de um crime típico da internet.

Wellington assinalou que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome divulgou que o pagamento do benefício seguirá normalmente.

Cássio critica ministra por atribuir à oposição rumor sobre benefício do governo



Cássio Cunha Lima/Agência Senado

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) criticou em Plenário a ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário, por ter atribuído aos partidos de oposição, em mensagem no Twitter, a responsabilidade pela divulgação de boatos sobre o fim do Programa Bolsa Família.

Para o senador, a atitude deve ser considerada muito mais como ato próprio de militantes políticos. Não descartando a possibilidade de terem sido pessoas ligadas ao governo os idealizadores do boato, Cássio lembrou que na campanha presidencial de 2006 foi comum a circulação de notícias falsas sobre o cancelamento do programa.

Ele ainda censurou o governo por não haver conduzido de maneira adequada a política macroeconômica.

Poder do Ministério Público motiva debate em sabatina

Em reunião com indicados para os conselhos nacionais de Justiça e do Ministério Público, senadores criticam proposta que determina que investigação criminal seja uma exclusividade da polícia

A PROPOSTA DE emenda à Constituição que retira o poder de investigação do Ministério Público (PEC 37/2011) foi debatida na sabatina que o Senado fez ontem com Marcelo Ferra de Carvalho e Paulo Eduardo Pinheiro Teixeira. Carvalho foi indicado para o Conselho Nacional do Ministério Público, enquanto Teixeira foi para o Conselho Nacional de Justiça. Ambos foram aprovados pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), e falta a votação em Plenário.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse que a PEC, que tramita na Câmara, representa um retrocesso. Alvaro Dias (PSDB-PR) citou o procurador-geral da República, Roberto Gurgel: "A tentativa de impedir a investigação criminal pelo Ministério Público é um dos mais gritantes atentados à democracia".

— A corrupção é a principal



Entre Marcelo Carvalho e Paulo Teixeira, Anibal Diniz preside a reunião na CCJ

causa da descrença do povo nas instituições públicas. Sem um Ministério Público atuante e independente, teremos, ainda mais, a banalização da corrupção — declarou o senador do Paraná.

A sabatina também tratou de eventuais excessos cometidos pelos membros do Ministério Público. Blairo Maggi (PR-MT) declarou que a princípio não votará a favor da PEC, mas advertiu que é preciso encontrar uma forma de responsabilizar

quem comete abusos.

— Pegam um governador, um senador, um deputado, um vereador ou um prefeito, colocam-no na parede e fazem tiro ao alvo da sua história. Depois, quando não se comprova nada, a história do cidadão já foi para o lixo.

Magno Malta (PR-ES) afirmou que há promotores que atuam como "rei da cidade". Para ele, isso criou um fosso entre o Ministério Público e a classe política.

Indicado ao conselho do MP vê danos à sociedade

Proveniente do Ministério Público de Mato Grosso, Carvalho afirmou que é contra a PEC "não por uma questão corporativa, mas por uma questão institucional". O indicado para o Conselho Nacional do Ministério Público entende que, se a investigação criminal for exclusividade da polícia, conforme determina a PEC, isso será danoso à sociedade porque pode gerar mais impunidade. Ele ressaltou, porém, que as investigações do Ministério Público têm caráter extraordinário e precisam se submeter a regras claras e transparentes.

O nome de Carvalho foi aprovado na CCJ com 21 votos favoráveis e 3 contrários. Teixeira recebeu 23 votos favoráveis e 1 contrário.

Candidato ao CNJ fala em preservar instituições

Ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Rio Grande do Norte, Teixeira foi indicado ao CNJ pela OAB Nacional, que apoia a PEC. Ele disse que é necessário harmonizar a discussão e preservar as instituições.

O presidente da OAB Nacional, Marcus Vinicius Coêlho, esteve presente na reunião e ouviu Alvaro Dias dizer que a postura da entidade é surpreendente. Coêlho frisou que a posição da OAB Nacional já é defendida pela entidade há dez anos.

— Se o Ministério Público ocupar seu tempo com investigações extraordinárias, qual tempo terá para fiscalizar e controlar as atividades da polícia? — questionou o presidente da OAB.

Comissão debate maioria penal

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) inicia, em 3 de junho, uma série de três audiências públicas sobre a redução da maioridade penal.

Os dois encontros seguintes acontecerão nos dias 10 e 17 de junho, sempre às 15h, no auditório do Interlegis.

De acordo com o autor dos

requerimentos de debate, o presidente da CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB), a intenção é criar um ambiente nacional de discussão do assunto.

Ontem, a comissão aprovou três requerimentos — dois de Vital e um de Eduardo Suplicy (PT-SP) — acrescentando debatedores às audiências.

Em dois deles, tanto o

presidente da CCJ quanto Suplicy solicitam a presença de um representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, comandada pela ministra Maria do Rosário.

No outro, Vital pede a participação de um representante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Projeto formaliza compromissos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) adiou a votação de projeto (PRS 14/2011) que permite às comissões do Senado formalizar — em termo de ajuste — compromissos assumidos por autoridades ou representantes de entidades em audiências públicas. Ainda

existem dúvidas quanto à eficácia e repercussão da medida.

— O Legislativo tem a função de fiscalizar o Executivo. Se um ministro assume um termo de compromisso como esse e o viola, pode ser passível [de enquadramento] em crime de responsabilidade — disse Pedro Taques (PDT-MT).

Taques pediu uma discussão com a presença do autor da proposta, Lindbergh Farias (PT-RJ). O relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), avaliou a medida como inovadora, mas pediu cautela. Sustentou que a consequência desse termo de ajuste não é judicial, e sim política.

Frente pede promulgação da PEC que cria quatro novos tribunais

Senadores e deputados da Frente Parlamentar Pró-Tribunais Federais pediram ao presidente do Senado, Renan Calheiros, a promulgação da proposta que prevê a criação de quatro tribunais regionais federais em Minas Gerais, Bahia, Amazonas e Paraná. A PEC 544/2002 já foi aprovada na Câmara e no Senado e aguarda promulgação pela Mesa do Congresso.

Renan declarou que houve uma alteração no texto durante a votação na Câmara, o que exige novo exame pelo Senado e inviabiliza a imediata promulgação. Há ainda alegações de um vício de iniciativa na matéria — que deveria, em tese, ser do Judiciário. Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que Renan vem

mantendo conversas com representantes do Judiciário e está "decidindo sobre o assunto". Segundo Alvaro, o importante é tornar a Justiça "mais célere e mais barata".

— Haverá uma Justiça mais rápida e mais próxima do cidadão. É uma responsabilidade pública, uma prioridade e um dever do Estado — disse.

Sérgio Souza (PMDB-PR), Clésio Andrade (PMDB-MG) e o presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcus Vinicius Coêlho, também defenderam a promulgação da PEC que cria os tribunais. Clésio argumentou que a criação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a extinção de tribunais de alçada foram iniciativas do Congresso.



Clésio Andrade (E) e Sérgio Souza também defenderam a proposta

Jarbas apoia críticas de Joaquim Barbosa a políticos

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) manifestou solidariedade ao presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, que criticou os partidos políticos e o Congresso. Para ele, o presidente do Senado, Renan Calheiros, foi infeliz ao afirmar

que Barbosa pronunciou-se como "professor", e não como "chefe de Poder".

— É o que o povo pensa, o que o povo acha e tem dito reiteradamente em relação à classe política, aos partidos e a estas duas Casas legislativas — alertou.



Mário Couto quer votar punição para menores de idade

Mário Couto (PSDB-PA) defendeu, na terça-feira, a redução da maioridade penal e cobrou do Senado a votação de propostas sobre o tema que tramitam na Casa. O senador condenou a prática de assassinatos, estupro e roubos por menores.

Para ele, a Constituição, que prevê maioridade penal aos 18 anos, tem de ser mudada.

— O Congresso não pode adiar a votação dessa matéria. Temos de diminuir essa maioridade penal. Temos de acabar com o crime dos que se dizem meninos.



Renda básica poderia diminuir violência, afirma Suplicy

Eduardo Suplicy disse que se todos os cidadãos tivessem direito a uma renda básica suficiente para suprir as necessidades, o celular e a carteira dele provavelmente não teriam sido furtados. Os objetos foram furtados do bolso do senador

no sábado, durante a Virada Cultural, na capital paulista. Alguns documentos foram devolvidos por uma pessoa que os encontrou no chão.

Suplicy fez um apelo dirigido ao responsável pelo furto para que devolva os objetos.



Relatório Figueiredo, preparado em 1967, foi dado como desaparecido por mais de 40 anos. Pesquisadores o descobriram há cerca de um mês no Museu do Índio, no Rio de Janeiro

Comissão quer punição a tortura e morte de índios

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) vai requerer ao Ministério da Justiça e ao Ministério Público medidas legais para que sejam punidos os responsáveis por violências contra povos indígenas cometidas por agentes do Estado e privados durante os anos 60. Essa foi uma das deliberações da audiência pública que debateu ontem o chamado Relatório Figueiredo, documento que registra atrocidades contra os índios.

— Foi um dos capítulos mais trágicos e cruentos da nossa história, com episódios que fizeram o Estado brasileiro se assemelhar à temível máquina de extermínio nazista — comentou Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

Também serão cobradas



Randolfe (3º à esq.) compara atrocidades contra os índios ao extermínio nazista

providências para que seja possível reparar e indenizar as vítimas, além de medidas destinadas a assegurar a recuperação das terras originais tomadas dos grupos indígenas durante o período.

A realização atendeu requerimento de Randolfe e de Ana

Rita (PT-ES), que é presidente da comissão. Os registros taquigráficos da audiência pública serão encaminhados para a Comissão Nacional da Verdade e ao Ministério da Justiça, como contribuição para o esclarecimento dos fatos.

Genildo Magalhães/Agência Senado

Senadores pedem agilidade em processo sobre reserva indígena

Dezesseis senadores assinaram ofício endereçado ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, pedindo a redistribuição do processo que decidirá sobre a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. O processo está sem ministro-relator desde novembro, quando o ex-presidente do STF Ayres Britto se aposentou.

Em 16 de abril, alguns senadores estiveram com Joaquim Barbosa e ele disse que, caso não fosse nomeado um novo ministro para a Corte em 15 dias, ele verificaria a possibilidade de avocar a si ou de redistribuir o processo.

Sérgio Souza (PMDB-PR) explica que, após a decisão de homologar a reserva em terras

contínuas e de determinar a retirada de não índios, o STF não concluiu o julgamento, o que afeta a análise de conflitos fundiários semelhantes.

— Defendemos a agilidade para esse julgamento até mesmo para evitar e acalmar a tensão no campo — afirmou.

Também assinaram o ofício Jayme Campos (DEM-MT), Ruben Figueiró (PSDB-MT), Waldemir Moka (PMDB-MS), Pedro Taques (PDT-MT), Acir Gurgacz (PDT-RO), Luiz Henrique (PMDB-SC), Alvaro Dias (PSDB-PR), Blairo Maggi (PR-MT), Ana Amélia (PP-RS), Pedro Simon (PMDB-RS), Paulo Paim (PT-RS), Paulo Bauer (PSDB-SC), Delcídio do Amaral (PT-MS), Ivo Cassol (PP-RO) e Valdir Raupp (PMDB-RO).



Reserva Raposa Serra do Sol: índios aguardam resultado do julgamento do STF

Vagner Compton/ABR

Documento evidencia desproteção aos nativos

Um consenso entre os debatedores é de que o documento deve ser examinado sob a perspectiva dos impactos que as informações causam ao país na atualidade, quando os direitos dos índios ainda continuam desprotegidos.

Para Cleber Buzzato, secretário-geral do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), o

relatório reforça a convicção de que existe um modo de agir do próprio Estado brasileiro contra os índios. Disse que a violência e o abandono caracterizam um projeto de nação que continua a perseguir desenvolvimento e progresso acima de qualquer valor.

— O pano de fundo é que os povos indígenas, considerados

inferiores, poderiam ser tratados como animais.

João Capiberibe (PSB-AP) apoiou a visão de que os índios são vítimas de uma política de Estado. O senador ponderou que o país não será uma sociedade democrática sem a convivência entre os diferentes e que a sociedade precisa se informar e evoluir.

Investigações resultaram em extinção do SPI

O jornalista Felipe Canêdo, dos Diários Associados, falou sobre a elaboração da série de reportagens que publicou sobre o relatório neste ano. Ele lembrou que nos anos 60 foram instaladas três CPIs para investigar o Serviço de Proteção aos Índios (SPI). A seu ver, o governo militar decidiu promover a investigação como resposta às pressões.

O jornalista disse que ouviu do filho do autor do relatório, Jader Figueiredo, que o pai morreu “amargurado pelos poucos frutos” da investigação. Para Canêdo, pelo menos um resultado surgiu: a extinção do SPI e a criação da Funai.

Relatório traz dados sobre áreas originais

Erika Yamada, que representou a Funai, confirmou que o documento contém informações importantes sobre áreas originais indígenas que ficaram “ofuscadas” pelos esforços para a delimitação de áreas na Amazônia. Ela disse que as áreas se espalham pelas Regiões Centro-Oeste, Sul, Sudeste e Nordeste.

— Documentos que comprovam esbulho podem fazer muita diferença, já que são raros e muito demandados pelos juízes — afirmou.

A antropóloga Patrícia Rodrigues fez um pedido de socorro em favor de um grupo de avós-canoeiros que estaria sendo atingido por graves violações desde o início dos anos 60.

Kátia Abreu critica expansão de terras já demarcadas

Kátia Abreu (PSD-TO) criticou a expansão de terras indígenas já demarcadas e disse que a prática contraria uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que deve ser adotada pelo governo em questões sobre o tema.

Em 1988, havia no Brasil 14 milhões de hectares de terras indígenas. Hoje, são 125 milhões de hectares.

— Pedimos que a lei seja cumprida. A ampliação gera consequências gravosas, com ocorrência de novos embates — disse.

Kátia Abreu lembrou que no julgamento sobre a demarcação da reserva Raposa Serra do Sol, que opunha indígenas e arroteiros em Roraima, o STF decidiu que

terra demarcada não pode ser ampliada. A senadora cobrou a indicação de um novo relator para o caso, em substituição ao ministro Ayres Britto, que se aposentou, e pediu que o tribunal decida definitivamente sobre a questão.



Para Kátia Abreu, a ampliação de áreas provoca novos embates

Monique Mariz/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretora de Jornalismo: Virgínia Galvez

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Marco Antônio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Silvío Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Câmara dos Deputados tem se empenhado em votar MPs em tempo hábil para que o Senado possa examiná-las em pelo menos sete dias

Duas medidas provisórias chegam ao Senado dentro do prazo para análise

DUAS MEDIDAS PROVISÓRIAS aprovadas pela Câmara entraram ontem na pauta do Senado e são as primeiras a serem votadas na Casa dentro das novas regras que impedem o recebimento de MPs com prazo inferior a sete dias para vencimento. A primeira é a 597/2012 (PLV 7/2013), que regula a tributação sobre participação dos trabalhadores nos lucros e resultados das empresas. A outra é a 600/2012 (PLV 10/2013), que, entre outras medidas, simplifica a licitação de aeroportos regionais.

Com prazos já prorrogados, as medidas provisórias valem até 3 de junho. Na semana passada, durante a votação da MP dos Portos no mesmo dia da chegada ao Senado, Renan definiu que a Casa não analisará novas MPs que cheguem com menos de sete dias de validade. A Câmara tem se empenhado em votar MPs em tempo hábil para que o Senado possa examiná-las dentro do prazo estabelecido.

Insenção

De acordo com a MP 597/2012, os trabalhadores que receberem até R\$ 6 mil em participação nos lucros ficarão isentos de Imposto de Renda. Acima desse valor serão recolhidos tributos progressivamente mais elevados, chegando a 27,5% para quem receber bônus acima de R\$ 15 mil.

Outro item da MP permite ao servidor público deduzir da base de cálculo do Imposto de Renda os valores aportados à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp).



Senadores cobram aprovação, pela Câmara, de proposta que garante prazo maior para análise de MPs pelo Senado

Por sua vez, a MP 600/2012 determina que os recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), criado pela Lei 12.462/2011 e destinados à construção, ampliação ou reforma de aeródromos públicos, possam ser geridos pelo Banco do Brasil. O texto prevê a transferência dos recursos do FNAC àquele banco, que fica autorizado a lançar mão, na execução desses procedimentos, do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC).

Entre os 15 assuntos diferentes cobertos pela MP, um artigo permite à União dispensa de licitação para contratar a Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras) como empresa oficial para a prestação dos serviços de telecomunicação durante a Copa das Confederações de 2013, a Jornada Mundial da Juventude de 2013 e a Copa do Mundo de 2014.

Renan diz que responsabilidade pelo vencimento é da Câmara

O presidente do Senado, Renan Calheiros, reforçou ontem a determinação de não mais aceitar medidas provisórias que venham da Câmara com menos de sete dias para perder a validade. Segundo ele, mesmo MPs consideradas importantes para o governo não serão mais pautadas se chegarem com pouco tempo.

Ainda estão na Câmara outras duas MPs que aguardam deliberação e perderão a eficácia se não forem votadas até 3 de junho.

— Se a Câmara mandar para o Senado uma medida provisória com menos de sete dias, a responsabilidade não é do Senado, é da Câmara — disse Renan.

Vários senadores voltaram a cobrar a votação na

Câmara da PEC 11/2011, que garante maior prazo de análise das MPs ao Senado. A proposta, de José Sarney (PMDB-AP), foi aprovada no Plenário do Senado em agosto de 2011 e seguiu para a Câmara, onde tramita como PEC 70/2011. Renan se reuniu com o presidente da Câmara, Henrique Alves, para pedir a votação da PEC.

Na opinião do presidente do Senado, o fortalecimento do bicameralismo requer a redefinição dos prazos de apreciação das MPs.

— A medida provisória não pode distorcer o bicameralismo. É fundamental que ele seja fortalecido, mas para que ele seja fortalecido nós precisamos redefinir os prazos das medidas provisórias — argumentou Renan.

Rodrigues se mostra preocupado com dívida de estados e municípios

Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) mostrou preocupação com dívidas dos estados e municípios junto à União. Ele citou a cidade de São Paulo, que vive em permanente estado de alerta com relação à dívida, considerada "impagável".

— É uma situação dramática que estrangula a capacidade de investimento do município.

O senador apresentou estudo do Tribunal de Contas de São Paulo segundo o qual, embora a prefeitura tenha pagado R\$ 19,5 bilhões entre 2000 e 2012, o saldo devedor passou de R\$ 11,3 bilhões para R\$ 53 bilhões.

Rodrigues lembrou que está na Câmara projeto que altera o indexador das dívidas do IGP-DI para o IPCA (PLP 238/2013). Com o mesmo teor, projeto (PLS 124/2013) de Wellington Dias (PT-PI) tramita no Senado.



Senador cita estudo sobre o caso de São Paulo e cobra novo indexador

Anulada tramitação conjunta de propostas relacionadas a eleições

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anulou ontem a votação do requerimento para tramitação conjunta do PLC 14/2013, que restringe o acesso de novos partidos ao tempo de rádio e TV e ao Fundo Partidário, e dos PLSs 266/2011, 268/2011 e 373/2008, que tratam da reforma política.

Ele disse que a tramitação do PLC 14 está suspensa por decisão liminar do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), impedindo qualquer movimentação.

Renan disse que o requerimento foi aprovado na sua ausência, a pedido de Ana Amélia (PP-RS), com apoio de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

Rollemberg explicou que foi favorável por entender que, caso o STF decida pela continuidade da tramitação, as propostas deveriam tramitar em conjunto.



Para Rollemberg, propostas sobre eleições devem tramitar em conjunto

Aprovada urgência para projetos sobre delegado de polícia e tribunal trabalhista

O Plenário do Senado aprovou ontem requerimentos de urgência para inclusão na ordem do dia de dois projetos de lei que deverão ser examinados pelos senadores nos próximos dias.

O PLC 132/2012 dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia.

O projeto estabelece que o cargo de delegado de polícia é privativo de bacharel em Direito, devendo-lhe ser dispensado o mesmo tratamento dos magistrados, dos membros da Defensoria

Pública e do Ministério Público e dos advogados.

A proposta determina ainda que, em caso de indiciamento, o ato praticado seja necessariamente fundamentado, com base no conjunto probatório existente nos autos.

Funções

O outro projeto é o PLC 51/2012, que trata da criação de funções comissionadas no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 18ª Região (Goiás). A proposta cria 479 funções comissionadas.

Congresso deve fazer leitura de vetos presidenciais na próxima terça-feira

O presidente do Senado, Renan Calheiros, convocou sessão do Congresso para a próxima terça-feira, com objetivo de fazer leitura de vetos presidenciais.

A reunião servirá também para declarar a prejudicialidade da análise de vetos antigos, que perderá a razão de ser pelo decurso do tempo. Renan estimou que mais da metade dos 3 mil vetos acumulados estão nessa situação. Depois, haverá reunião com líderes partidários para estabelecer pauta para a apreciação dos vetos remanescentes.

O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) advertiu que, de acordo com a Constituição, o Congresso não poderia deliberar nenhuma matéria sem apreciar antes os vetos pendentes. A questão dos vetos não apreciados pelo Congresso ganhou destaque com a votação da nova partilha dos royalties. A presidente Dilma Rousseff vetou parte da Lei 12.734/2012, mas, em março, o Congresso derrubou o veto. O STF ainda decidirá definitivamente o mérito de ação que pediu a suspensão dos efeitos da lei.

Para o presidente da Embratur, é preciso avançar numa agenda de desoneração tributária para que o Brasil aproveite o momento de grandes eventos que começa em junho

Preços abusivos atrapalham turismo no país

OS GASTOS DOS turistas brasileiros no exterior chegaram a US\$ 6 bilhões nos três primeiros meses de 2013. São US\$ 700 milhões a mais do que no período equivalente do ano passado e US\$ 1,3 bilhão a mais do que no primeiro trimestre de 2011. Os números foram apresentados ontem à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) pelo presidente da Embratur, Flavio Dino. Já o turismo internacional no país cresceu 4,5% no ano passado.

— Apesar de o receptivo internacional crescer, ainda temos tendência de déficit em relação ao grande número de viagens internacionais feitas pelos brasileiros. Isso demonstra a pujança da vida econômica dos brasileiros, mas significa geração de empregos e negócios em outros países. Evidentemente que não se cogita nenhuma medida restritiva. Porém, temos que analisar a ausência de competitividade e os preços melhores das viagens para fora — afirmou.

A CDR realizou audiência pública com objetivo de debater

as estratégias do país para promover o turismo a partir dos megaeventos que estão agendados no Brasil, como a Copa das Confederações e a Jornada Mundial da Juventude, da Igreja Católica — a serem realizadas em junho e julho deste ano —, a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Na ocasião, o presidente da Embratur destacou que cerca de 600 mil turistas dos Estados Unidos vêm ao Brasil

anualmente. Em compensação, mais de 1,5 milhão de brasileiros viajam para aquele país. A solução, segundo Dino, passa pelo fortalecimento de ações de promoção do Brasil no exterior; pela facilitação da entrada de estrangeiros no Brasil, com a revisão da política de vistos; e pela melhoria da competitividade, com a prática de preços justos, o que vai depender fundamentalmente da participação do setor privado.

— Avançamos um pouco no ano passado com duas medidas adotadas pelo governo federal: a redução da tarifa da energia elétrica e a inclusão da rede hoteleira e da aviação no Plano Brasil Maior. Mas é preciso avançar numa agenda de desoneração tributária para que o Brasil não perca este momento favorável de eventos que temos à frente — disse.

Dino afirmou que a rede de hotéis do Brasil está crescendo

com os investimentos do setor privado, mas admitiu o risco de cartelização e de práticas de mercado com margens abusivas de lucro, o que resulta em tarifas caras sem justificativa.

Aviação

A falta de concorrência no setor de aviação e o preço das passagens são outros itens que precisam ser debatidos, na opinião do presidente da Embratur. Ele defendeu a imediata implantação do Plano de Aviação Regional, lançado pela presidente Dilma Rousseff, e a adoção da política de céus abertos na América do Sul, a exemplo do que acontece na União Europeia. Lídice da Mata (PSB-BA) concordou:

— A concorrência é pequena porque não temos abertura do céu a empresas de outros países — opinou a senadora.

O presidente da CDR, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), anunciou a realização de nova audiência em 5 de junho, para debater os impactos econômicos e os legados dos megaeventos ao setor turístico nacional.



Flavio Dino, Antonio Carlos Valadares e o secretário de Turismo do Distrito Federal, Luis Otávio Neves, em debate na comissão

Senadores vistoriam Estádio Nacional de Brasília

O Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha passou ontem por vistoria de senadores da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014, presidida por Sérgio Souza (PMDB-PR).

O secretário extraordinário da Copa no DF, Claudio Monteiro, apresentou as instalações e mostrou as obras que estão sendo finalizadas antes do jogo entre Flamengo e Santos, neste domingo, pela primeira rodada do Campeonato Brasileiro. Também participaram da vistoria o presidente da Comissão de Meio Ambiente (CMA), Blairo Maggi (PR-MT), e Paulo Davim (PV-RN).

Claudio Monteiro disse

aos senadores que o estádio foi inaugurado com 97% das obras concluídas e que os 3% restantes são apenas detalhes de acabamento.

— Estará tudo pronto para o jogo. Estamos fazendo os testes finais. Por trás dessa magnitude, teremos um centro de entretenimento funcionando 24 horas no centro da cidade com um custo igual a algumas reformas que foram feitas no Brasil — afirmou.

Na inauguração, dia 18, foi liberado apenas o anel inferior, com capacidade para 22 mil torcedores. Para o segundo evento, serão liberados os 43 mil lugares da arquibancada superior e os 6 mil da arquibancada intermediária. Será

um teste para o jogo de abertura da Copa das Confederações, em 15 de junho.

Souza disse ao secretário que entende a necessidade dos ajustes e que o Mané Garrincha está nos padrões das melhores arenas do mundo.

— Com essa visita, a impressão que tenho é que o Brasil vai fazer a melhor Copa do Mundo. Isso sem falar da sustentabilidade, que é uma inovação — disse o senador.

Energia própria

Segundo Monteiro, o estádio terá condições de produzir energia própria, até oferecendo à cidade o excedente.

Acompanhou os senadores o auditor do Tribunal de Contas

da União Marcelo Chaves, coordenador de fiscalização do TCU durante a Copa e as Olimpíadas. Segundo ele, a maior crítica que o estádio tem recebido está relacionada ao alto custo do investimento, no valor de R\$ 1,2 bilhão, para receber 70.800 torcedores.

— Também é preciso se preocupar com a infraestrutura no entorno do estádio, bem como com o serviço de telecomunicações que será oferecido à população — assinalou.

Após essa primeira inspeção, a equipe da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 segue para o Recife, onde vai fiscalizar hoje a Arena Pernambuco, inaugurada segunda-feira. O estádio custou R\$ 532 milhões e tem capacidade para 46 mil torcedores.

Amanhã os integrantes da subcomissão seguem para Salvador, onde vão fiscalizar a Arena Fonte Nova, inaugurada em abril. O estádio tem 50 mil assentos e custou R\$ 591,7 milhões.

Além das arenas, a comissão também deve verificar as obras de mobilidade urbana e infraestrutura. As demais cidades-sede — Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre e São Paulo — também serão visitadas ao longo do ano, mas ainda não há data definida.

Requião é indicado a vice-presidente do Parlasul

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) indicou ontem Roberto Requião (PMDB-PR) para o cargo de vice-presidente do Parlasul, braço legislativo do bloco econômico integrado por Brasil, Argentina, Uruguai e Venezuela (o Paraguai está suspenso e a Bolívia está em processo de adesão).

O nome do senador foi apresentado após a reunião em que foram eleitos os novos dirigentes da representação, no lugar do próprio Requião, que presidia o colegiado desde 2011. O deputado Newton Lima (PT-SP) assumiu a presidência, enquanto o deputado Renato Molling (PP-RS) e o senador Paulo Bauer (PSDB-SC) foram escolhidos para os cargos de primeiro e segundo vice-presidentes. A representação é composta por 10 senadores e 27 deputados.



Roberto Requião foi presidente da representação nos últimos dois anos



Paulo Davim e Sérgio Souza (2º e 3º à esq.) acompanham representantes da organização da Copa na vistoria do estádio